

Revisão Integrativa: olhares da psicologia sobre a sexualidade de adolescentes em acolhimento institucional

Integrative review: Psychological views on the sexuality of adolescents in institutional care

Grazielly Ribas de Oliveira¹; Juliana Macedo Andrade¹; Gabriel da Silva Barbosa¹; Gabriella Santos Ramalho¹; Aureliano Lopes da Silva Junior¹; Ana Cláudia de Azevedo Peixoto¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise da literatura a respeito da sexualidade de adolescentes acolhidos. Dados da literatura apontam para a escassez de estudos sobre diversidade sexual e de gênero no contexto de adolescentes em situação de acolhimento institucional. Dessa forma, foi realizada uma Revisão Integrativa da Literatura, incluindo artigos publicados nos últimos 20 anos. Os resultados apontam para os seguintes temas: a) Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes; b) Os direitos sexuais e autonomia de adolescentes em instituições Implementação de oficinas sobre educação sexual com adolescentes; c) Atualização das orientações técnicas sobre sexualidade e a perspectiva da sexualidade baseada em direitos, d) Atualização das orientações técnicas sobre sexualidade e a perspectiva da sexualidade baseada em direitos. Concluímos que a sexualidade de crianças e adolescentes acolhidos, bem como questões referentes à saúde sexual e reprodutiva, invariavelmente passam por uma tutela do Estado ou da família, o que implica desconstruirmos os rígidos estereótipos sexuais e de gênero que socialmente nos formam, na busca de uma maior equidade na produção do direito democrático da sexualidade também para adolescentes e jovens.

Palavras-chave: Adolescente; Saúde do adolescente institucionalizado; Sexualidade; Direitos sexuais e reprodutivos; Educação sexual.

ABSTRACT

The objective of this study was to conduct a literature review regarding the sexuality of adolescents in foster care. Literature data point to the scarcity of studies on sexual and gender diversity in the context of adolescents in institutional care. Thus, an integrative literature review was conducted, including articles published in the last 20 years. The results point to the following themes: a) Sexual and reproductive health of adolescents; b); The sexual rights and autonomy of adolescents in institutions Implementation of workshops on sexual education with adolescents; c) Updating technical guidelines on sexuality and the rights-based sexuality perspective, d) Updating technical guidelines on sexuality and the rights-based sexuality perspective. We conclude that the sexuality of fostered children and adolescents, as well as issues pertaining to sexual and reproductive health, invariably go under the tutelage of the State or the family, which implies that we deconstruct the rigid sexual and gender stereotypes that socially form us, in the search for greater equity in the production of the democratic right to sexuality for adolescents and youth as well.

Keywords: Adolescent; Institutionalized adolescent health; Sexuality; Sexual and reproductive rights; Sex education.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: grazielly.cascon@gmail.com

INTRODUÇÃO

Durante o processo de institucionalização no Brasil nos séculos XVIII e XIX muitas crianças e adolescentes passaram por instituições que possuíam um caráter de “limpeza” das ruas do país. Tais recolhimentos criaram divisões relacionadas à gênero, classe e etnia/raça, como a diferenciação encontrada no Rio de Janeiro e em Salvador para as “meninas indigentes” e para as “órfãs filhas de legítimo matrimônio” ou ainda o colégio da Imaculada da Conceição que acolheu em espaços separados as “órfãs brancas” e as “meninas de cor”. Em 1854 o colégio passou a se chamar “Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição”, destinado ao ensinamento religioso, moral e formação de boas empregadas domésticas e donas do lar. (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

No século XX, estas instituições mantinham o regime claustal e as crianças eram vistas como sujeitos assexuais, puros e silenciosos, de modo que eram impedidos de falar sobre questões sexuais – com isso “acabava cultivando uma falta de conhecimento sobre o corpo infantil e [o controle] se perpetuava através da repressão do comportamento” (DE OLIVEIRA; SILVA; PEIXOTO, 2020 p. 51). Esta herança histórica de repressão influencia educadores a abordarem a sexualidade de forma restrita: há a heterossexualidade como a orientação sexual padrão e os marcadores de gênero que definem o que é ser mulher e ser homem são rígidos.

Segundo De Oliveira, Silva e Peixoto (2020) há uma escassez de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero no contexto de adolescentes acolhidos. Esta lacuna comprometeria tanto a atuação profissional em tais espaços como o próprio desenvolvimento desses indivíduos e o gozo efetivo de seus direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desta forma, objetivou-se inicialmente a realização de uma Revisão Integrativa especificamente sobre a sexualidade de adolescentes femininas em situação de acolhimento e atividades de intervenção junto a tal grupo, porém os artigos encontrados apontavam para uma discussão mais ampla da sexualidade, de modo a abarcar sujeitos masculinos e femininos em acolhimento institucional.

MÉTODO

Realizou-se uma Revisão Integrativa (RI), com o objetivo de mapear nacional e internacionalmente os estudos do campo da Psicologia, em especial a Psicologia

Cognitivo-Comportamental, a respeito da sexualidade de meninas adolescentes em situação de acolhimento institucional. Inicialmente foram estabelecidas as bases de dados para a pesquisa: Biblioteca Nacional em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)* e *American Psychological Association (PSYCINFO)*. Na semana do dia 8 ao dia 12 de junho de 2020, como o objetivo inicial era abordar o tema da sexualidade de meninas em acolhimento institucional, foram definidos os seguintes descritores combinados: [adolescentes, sexualidade, teoria cognitiva], [adolescentes, sexualidade, teoria cognitiva-comportamental], [adolescentes, sexualidade, terapia do esquema], [adolescentes, meninas, sexualidade], [adolescentes, meninas, abrigo, sexualidade], [adolescentes, abrigo, educação sexual], [*adolescent, sexuality, cognitive theory*], [*adolescent, sexuality, cognitive-behavioral theory*], [*adolescent, sexuality, schema therapy*], [*adolescent, girls, sexuality*], [*adolescent, girls, shelter, sexuality*], [*adolescent, shelter, sex education*].

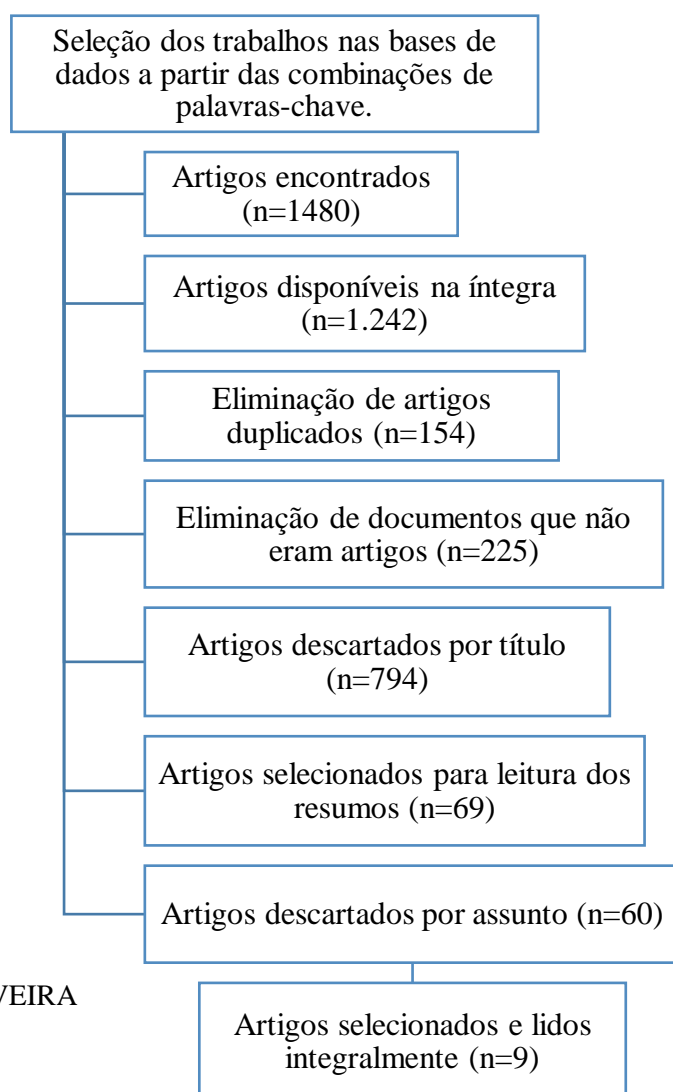
A segunda etapa referiu-se à organização dos resultados encontrados e aplicou-se os seguintes critérios de inclusão: artigos em idioma português, inglês e espanhol, publicados nos últimos 20 anos (entre 2000 e 2020), que contemplassem o tema pesquisado e estivessem disponíveis na íntegra. Na terceira etapa, acrescentou-se dois critérios de análise: “resumos fora do tema” e “artigos lidos na íntegra”. Inicialmente, os resumos lidos foram selecionados a partir da menção de um ou mais descritores e os que não estavam de acordo com o tema, foram organizados em pastas separadas por assunto. Já com trabalhos selecionados, organizou-se as categorias de análise – elaboradas com base nas ideias que mais se repetiram. Em seguida, nomeou-se as categorias de análises: a) A saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, b) Os direitos sexuais e autonomia de adolescentes em instituições, c) Implementação de oficinas sobre educação sexual com adolescentes, d) Atualização das orientações técnicas sobre sexualidade e a perspectiva da sexualidade baseada em direitos.

RESULTADOS

Foram encontrados 1.480 artigos nas plataformas anteriormente mencionadas, sendo 953 encontrados na *BVS*, 113 encontrados na *SCIELO* e 414 na *PSYCINFO*. Desses, 1.242 estavam disponíveis na íntegra e os idiomas estavam distribuídos entre 912 em inglês, 261 em português e 37 em espanhol. Além disso, foram descartados 225 arquivos de tese, dissertação, reportagens, dentre outros textos que não eram artigos. Nessa etapa, também foram descartados 154 artigos repetidos e 794 excluídos devido ao

assunto do título não ter relação direta com o tema. Ao final da busca foram selecionados 69 artigos, e através da leitura dos resumos descartou-se 60 artigos, restando 09 artigos para análise completa.

Figura 1- Fluxograma de identificação do processo de seleção dos estudos para compor a revisão integrativa



Fonte: DE OLIVEIRA

(2022, p. 44).

Os artigos descartados também foram separados por categorias que mais se repetiam. Os assuntos mais frequentes foram saúde sexual e reprodutiva (41%) e gravidez na adolescência (20%), juntamente com gênero, escola e comportamento sexual (20%). Outros dois temas que apareceram foram sexualidade e família (13%) e sexualidade e deficiência (6%). Esse resultado, relacionou-se com o fato de a RI ser um método muito

utilizado em pesquisas na área da saúde, que trabalham com a abordagem baseada em evidências (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Discussão: Análise e interpretação das categorias encontradas

Categoria A: Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes

No estudo de Martins *et al.* (2012) é possível perceber diferenças entre os sexos masculino e feminino. A maioria das meninas (70%) tinham informações prévias sobre menstruação ou ejaculação, já os meninos, apenas 42,6%. Para 67,1% das meninas o sexo só é possível acontecer se elas amarem o parceiro sexual, diferentemente dos meninos (45,3%), que afirmam que o sexo poderá acontecer desde que haja atração física. Com relação à virgindade das meninas, 43,2%, dos meninos acreditam que é importante casar-se com uma menina que seja virgem, ao passo que para 41,4% das meninas a virgindade do parceiro é um fator que independe. Outro dado importante diz respeito ao consumo de álcool e outras drogas, sendo que 46,3% dos meninos e 77,7% das meninas possuem a crença de que a bebida alcoólica e outras drogas aumentariam o desejo sexual.

Para Camargo e Ferrari (2009), o gênero é um marcador forte, e a iniciação sexual precoce apresentou-se como mais recorrente para os garotos do que para as garotas. As autoras trazem um dado do Ministério da Saúde em 1997 com relação à média da primeira relação sexual entre adolescentes, sendo para os meninos de 16 anos e entre as meninas, 19 anos. Já em 2001, a média baixou para 15 anos. A pesquisa chama atenção para o debate sobre a iniciação sexual precoce como um fator de risco, por ser uma ruptura na entrada gradativa na puberdade e por acreditar-se que o desenvolvimento fisiológico dos adolescentes estaria antecedendo o cognitivo e o emocional. Ainda com relação ao gênero, a pesquisa demonstrou que o conhecimento de adolescentes sobre o que seria período fértil no pré-teste foi de apenas 28,2%, entretanto no pós-teste o conhecimento aumentou para 55,8%. Já na pesquisa de Martins *et al.* (2013), revelou-se que 46,3% dos meninos e 77,7% das meninas têm conhecimento sobre o período mais propício para uma garota engravidar (CAMARGO; FERRARI, 2009).

Destaca-se que “o desconhecimento sobre a sexualidade e a saúde reprodutiva faz com que as adolescentes engravidem “sem querer”; muitas acabam engravidando por duvidar de sua fertilidade ou mesmo para provar sua heterossexualidade (CAMARGO;

FERRARI, 2009, p.7). Além disso, também se discute que os adolescentes, em geral, possuem um “pensamento mágico” - iniciam a vida sexual ativa sem o uso de preservativo e acreditam que não acontecerá uma gravidez indesejada ou o contágio com alguma doença (MARTINS *et al.*, 2013). A partir disso, entende-se que os riscos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)² e gravidez não planejada aumentariam, e tal questão vai ao encontro ao baixo uso de métodos contraceptivos. Quanto aos métodos contraceptivos, mesmo após a participação em oficinas de prevenção, mais de 50% continuam desconhecendo os métodos preventivos. No entanto, a pesquisa mostra três questões fundamentais sobre o baixo uso de contraceptivos: a crença de que a camisinha diminuiria o prazer, o esquecimento na hora da relação sexual e a falta de argumento de meninas para negociar o uso do preservativo com seus parceiros sexuais (CAMARGO; FERRARI, 2009).

Em relação à IST, 19,9% dos adolescentes, mesmo após os encontros, afirmaram não conhecer nenhum tipo de IST. Segundo as autoras, mais da metade das novas contaminações de Aids estão entre jovens de 15 a 25 anos - com destaque para relações sexuais desprotegidas e uso compartilhado de drogas injetáveis. A precariedade de informação com relação à IST pode estar relacionada à pouca ou à falta de qualidade no âmbito educacional e em outras instituições formadoras de opinião (CAMARGO; FERRARI, 2009). Frente a essa realidade, os jovens com baixa escolaridade tendem a ter um nível mais alto de episódios de gravidez indesejada devido ao baixo uso de contraceptivos. Diante disso, os estudos afirmam a necessidade do investimento em educação e saúde desses jovens, sendo fundamental rever práticas educativas para que dialoguem efetivamente com as reais demandas e ensejos da juventude. Apontam não somente para urgência em aumentar a frequência em que são desenvolvidas essas atividades, como também a indispensabilidade dos educadores e familiares participarem do processo (CAMARGO; FERRARI, 2009; MARTINS *et al.*, 2013).

Notou-se ainda que os adolescentes possuem grande interesse para a temática da sexualidade. Além disso, o formato de oficinas desenvolvido possibilitou a aprendizagem compartilhada, facilitou o debate entre os pares, auxiliou a discussão de dúvidas, opiniões

² De acordo com o Ministério da Saúde, “a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir infecção, mesmo sem sinais e sintomas” (BRASIL, 2021).

e valores e possibilitou a ampliação dos recursos dos próprios adolescentes sobre sua autoproteção e autonomia (CAMARGO; FERRARI, 2009; MARTINS *et al.*, 2013).

Categoria B: Os direitos sexuais e autonomia de adolescentes em instituições

Toneli (2008) discute os direitos sexuais, como direitos humanos, a partir da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994. Essa, propõe a discussão para um entendimento amplo a respeito da sexualidade humana, que esteja além da compreensão sexual e reprodutiva, mas que também considere a diversidade sexual. Deste modo, incluiria a orientação sexual, papéis e identidade de gênero, sexo, intimidade, prazer, desejo, erotismo e a reprodução. Por meio da definição da Organização Mundial de Saúde (*World Health Organization*, 2008) discute-se que “os direitos sexuais seguem os direitos humanos que já são reconhecidos pelas leis e documentos internacionais consensuais” (TONELI, 2008, p. 10).

Apesar disto e de outros importantes marcos mencionados pela autora, percebe-se que a religiosidade ainda está muito presente como uma ameaça à efetivação de tais direitos (TONELI, 2008). Segundo a autora, ainda que tenhamos um Estado Laico, este é governado por um biopoder que se associa “aos discursos religiosos e a processos de criminalização, de forma a assegurar o controle sobre a vida dos indivíduos e o cerceamento do exercício autônomo da sexualidade.” (TONELI, 2008, p.11). Acompanhando essa reflexão, Uziel e Berzins (2012) ressaltam a impossibilidade de se tratar do tema sem ser através de um posicionamento político a favor dos direitos humanos, dos direitos sexuais e reprodutivos, das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ALVES, 2004), quase 90% das crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional possuem famílias e dentre elas, aproximadamente 25% são afetadas pela falta de recursos financeiros, de moradia, educação, entre outros. Diante disso, abre-se um espaço para o diálogo acerca do fortalecimento da autonomia desses jovens que estão em casas de acolhimento não por serem órfãos, mas pela sua condição e vulnerabilidade social. Os autores apontam que a autonomia é uma premissa fundamental, pois é

compreendida como autodeterminação pessoal e independência (UZIEL; BERZINS, 2012).

A autonomia poderia então ser compreendida como um projeto do Estado e um bom exemplo seria o crescente número de coparticipação entre instituições privadas e órgãos governamentais, a fim de promover experiências profissionais de jovens acolhidos. Neste caso, considera-se importante fazer a diferenciação entre autonomia e independência financeira, as quais muitas vezes são concebidas como a mesma coisa pelas instituições de acolhimento (UZIEL; BERZINS, 2012). Isto posto, Uziel e Berzins (2012) destacam a autonomia como um princípio fundamental do ECA, sendo necessária antes, durante e após o acolhimento institucional – sobretudo os que passam muitos anos acolhidos. O objetivo é que os jovens possam exercer sua autonomia, adquirindo competências significativas para que sejam capazes de passar pelo processo do desligamento e, posteriormente, possam gerir suas próprias vidas de forma segura. Seguindo esse pensamento, os autores conceituam a autonomia como um processo contínuo, iniciado na infância de forma gradativa e cotidiana. A autonomia, apesar de estar presente na singularidade dos sujeitos, é também uma necessidade que precisa ser estimulada a partir do contexto social. Por isso é difícil a manobra de autonomia em instituições que são tuteladas pelo Estado, por se tratar de questão singular, mas que é fortemente marcada pelo espaço coletivo (UZIEL; BERZINS, 2012).

Em concordância, Carvalho, Silva, Souza e Salgado (2012) relatam que enfrentaram desafios a respeito do entendimento sobre autonomia e tutela. Tal questão é ilustrada com o fato de as meninas menores de idade precisarem da autorização do responsável para participarem da pesquisa. Desse modo, revelou-se a ambivalência entre serem responsáveis para cuidarem de seus filhos, mas não estarem autorizadas a falar por si mesmas na pesquisa. As autoras refletem que o discurso protecionista pode criar uma lógica de dependência e incapacidade a respeito das crianças e adolescentes. Através dos relatos coletados, as jovens demonstraram que vêm reivindicando seus direitos e sua capacidade de exercer, da forma mais ampla possível, sua autonomia e isso relaciona-se com seu corpo, sua vida, suas escolhas. Apesar disso, as pesquisadoras enfatizam que não há o intuito de isentar a família da responsabilidade e cuidado pela vida das adolescentes. Todavia, também se entende que a proteção deve, imprescindivelmente, considerar o sujeito adolescente, bem como seus direitos, deveres e necessidades - sendo o papel do adulto orientar, apoiar e ouvir as jovens (CARVALHO *et al.*, 2012).

Para Uziel e Berzins (2012), a autonomia enquanto um aspecto a ser alcançado é entendida como um axioma, composto por movimentos e modificações corriqueiras, passíveis de serem adaptadas às circunstâncias e à realidade. A partir de conceitos de Guattari e Rolnik (1986/2005) os autores discutem a função do Estado na produção de subjetividade através da culpabilização e da segregação. A culpabilização seria uma maneira de identificar no sujeito somente os supostos desvios e a segregação o processo de modelização que separa os sujeitos desviantes, através da infantilização, na qual se estabelece uma relação de submissão e dependência mediada pelo Estado.

Em virtude disso, levanta-se a problemática de que todas as esferas da singularidade dos adolescentes abrigados passariam pelo Estado - uma vez que as relações com familiares, escolares, de estágio ou trabalho são mediadas pela instituição acolhedora. É nesse momento, que os autores se perguntam também onde estaria a sexualidade desses jovens e nos convidam a refletir sobre as tensões da sexualidade através do conceito de autonomia. Se propondo a pensar o adolescente como um sujeito de direitos, lançam-se em direção ao pensamento voltado para a autonomia e a sexualidade como elementos que possam ser fundidos (UZIEL; BERZINS, 2012).

Lógica similar é encontrada no trabalho de Carvalho *et al.* (2012), em que discutem a necessidade de se refletir sobre a gravidez na adolescência para além das questões biomédicas relacionadas a doenças. Ademais, problematizam a perspectiva sobre as dificuldades enfrentadas pelas mães adolescentes, tais como o risco para a mãe e seu bebê e o discurso psicológico reforçador da imaturidade psíquica dessas jovens. As autoras afirmam que não é uma briga para mudar esses conceitos, mas sim uma necessidade de analisar de que maneira esses discursos engessados sobre a gravidez na adolescência podem influenciar na vida dessas jovens. O intuito das autoras é ampliar o debate a respeito, pois “a tensão entre autonomia e tutela se apresenta como um dos desafios importantes a serem enfrentados para a definição do que se pretende alcançar quando se fala sobre direitos sexuais de adolescentes” (CARVALHO *et al.*, 2012, p. 12).

Os direitos sexuais de crianças e adolescentes são parte da sua condição humana e por isso “a autonomia sexual deve ser compreendida como um processo que ocorre no cotidiano, portanto deve ser tecida a partir de dois fios condutores principais: da proteção e da liberdade” (CARVALHO *et al.*, 2012, p. 84). Em suma, acredita-se que meninas menores de idade e mesmo sobre proteção do Estado possuem o direito sobre os seus corpos e que o papel de formadores de opinião é discutir sobre seus direitos de escolha

em relações amorosas e sexuais (UZIEL; BERZINS, 2012). Conclui-se que é importante estabelecer uma relação saudável com os responsáveis, na qual os adolescentes possam expor sua necessidade de viver e exercer sua sexualidade. Já para jovens em situação de acolhimento institucional, destaca-se a obrigação do Estado em organizar debates tanto sobre sexualidade como um direito como pautados nas experiências dos adolescentes envolvidos. No tocante à discussão da sexualidade como um direito transversal, destaca-se que é algo indispensável no âmbito jurídico. Em razão disso, abre-se espaço para a compreensão de que os direitos sexuais são também componentes da cidadania infanto-juvenil e por isso são essenciais e abarcam a integralidade do indivíduo (CARVALHO *et al.*, 2012; UZIEL; BERZINS, 2012).

Categoria C: Implementação de oficinas sobre educação sexual com adolescentes

De acordo com Ferreira, Piazza e Souza (2019), a adolescência é um período de grande interesse pelo tema da sexualidade, sendo essa um componente da subjetividade e individualidade que pode ser constituído social e culturalmente. Percebe-se que o tema ainda levanta grandes dificuldades no ambiente familiar e até mesmo escolar. Os facilitadores das oficinas dividiram em três momentos suas percepções com relação à participação dos adolescentes.

Inicialmente, quando os adolescentes foram questionados sobre métodos contraceptivos, sistemas reprodutores, IST, entre outros assuntos, identificou-se que eles reproduziam opiniões baseadas no senso comum e que eram pouco espontâneos. As questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual não foram interpretadas pelo jovem com algum tipo de preconceito, apesar de ter aparecido um certo nível de estranhamento. Os autores relatam que certas mudanças de comportamentos, pensamentos e falas dos jovens podem estar relacionadas à uma transformação estrutural, no qual se possibilita ver concepções mais progressistas e inovadoras se sobressaírem. Além disso, a aplicação das oficinas contribuiu para a ampliação de conhecimento dos participantes sobre o tema da sexualidade (FERREIRA *et al.*, 2019).

Segundo Ferreira *et al.* (2019), para um trabalho ser bem desenvolvido com adolescentes o diálogo e a comunicação horizontal devem ser o principal instrumento, sobretudo quando se trata de assuntos considerados fatores de risco para sua saúde física e mental. Sendo assim, as oficinas são bases iniciais, mas a longo prazo a rede de apoio

desses jovens precisa continuar estimulando-os “a desenvolver integralmente a consciência e a corresponsabilização pela sua saúde, tornando-os seres autônomos capazes de realizar escolhas responsáveis sobre a própria vida” (ibid, p. 7).

De acordo com Savegnago *et al.* (2015, p. 9), “o conceito de campo de possibilidades caminha junto com a noção de projeto, já que designa o espaço a partir do qual é possível formular e implementar projetos”. Destacam que estes são dinâmicos, por fazerem parte da trajetória individual e social das pessoas envolvidas. Para as autoras, o entendimento de como colocar em prática os projetos de vida tem relação com os referenciais adquiridos no meio que estamos inseridos. Através dos relatos das adolescentes que participaram das oficinas, foi possível identificar uma falta de planejamento concreto para o alcance de suas metas. Tais questões podem estar relacionadas com a baixa participação em atividades sociais e a escola ser o único ou o principal meio de se inserir no ambiente social (SAVEGNAGO *et al.*, 2015)

Na pesquisa de Ferreira *et al.* (2019), os facilitadores identificaram através de um questionário autoaplicável que os recursos preferidos foram os vídeos e as rodas de conversa. Com relação aos temas preferidos, destacaram-se projeto de vida e gravidez na adolescência, seguido de métodos contraceptivos e orientação sexual. Já na pesquisa de Savagnago *et al.* (2015) os temas que apareceram com mais frequência são relações familiares, violência, sexualidade, gravidez na adolescência e projeto de vida.

A partir disso, os autores refletem sobre o conceito de pertencimento, entendendo esse movimento como o “encontro do adolescente com redes de apoio social, as quais oferecem proteção e oportunidades, reconhecendo e ativando nele os seus potenciais e apontando para novas perspectivas.” (SAVEGNAGO *et al.*, 2015, p. 10). O pertencimento é capaz de gerar reconhecimento/entusiasmo, atua como um fator importante na inclusão social desses jovens, na sua atuação na comunidade e no seu desempenho individual. Pode ser gerado por meio da implicação e participação de adolescentes em projetos sociais, ONGs, atividades culturais, espaços de profissionalização, potencialidades, descobertas, ampliação do olhar para o futuro etc. (SAVEGNAGO *et al.*, 2015).

A sexualidade nas oficinas aparece com temas relacionados a relações amorosas, primeira relação sexual, DST, gravidez na adolescência. As autoras entenderam que a adolescência se apresenta como um acontecimento repleto de significados, e, através dos depoimentos puderam entender que “a maternidade é um fenômeno valorizado

socialmente, sendo considerado por muitas mulheres um evento fundamental em suas vidas (SAVEGNAGO *et al.*, 2015, p. 8).

Segundo Savegnago *et al.* (2015), alguns estudos destacam a presença forte da figura materna no ambiente familiar, por ocupar o lugar de proteção, acolhimento, afeto, segurança – esses seriam os reconhecimentos e benefícios alcançados pela maternidade. Para as autoras, a grande dificuldade está nas limitações que essas adolescentes encontram ao longo da vida, da escassez de recursos para se sonhar com outras possibilidades que auxiliem suas escolhas e incentive o rompimento de padrões presentes em suas famílias, lócus no qual aprende-se a partir da observação das ações e comportamentos dos outros (SAVEGNAGO *et al.*, 2015).

De acordo com Ferreira *et al.* (2019), o vínculo estabelecido e a confiança dos jovens para se expor, bem como os profissionais estarem capacitados para transmitir e receber as informações foram elementos fortes e que contribuíram para o rompimento de paradigmas a respeito da sexualidade e saúde sexual e reprodutiva. Mesmo sendo satisfatório o resultado, sugere-se que as próximas oficinas tenham intervenções, ainda mais baseadas no diálogo e em demandas que sejam levadas e criadas pelos jovens.

Em síntese, concluiu-se em ambas as pesquisas que o espaço das oficinas permitiu que os jovens compartilhassem suas experiências, aprendessem novas informações, exercessem o seu protagonismo de forma ativa e que também comunicasse com o seu contexto de vida (FERREIRA *et al.*, 2019; SAVEGNAGO *et al.*, 2015).

Categoria D: Atualização das orientações técnicas sobre sexualidade e a perspectiva da sexualidade baseada em direitos

Os autores Herat, Plesons, Castle, Babb e Chandra-Mouli (2019) fizeram uma revisão do Guia Técnico Internacional em Educação Sexual, manual concluído no ano de 2018 pelas seguintes organizações: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Mundial da Saúde (OMS) e a ONU Mulheres.

O Guia atual foi revisado com o intuito de trazer melhorias e atualizações baseadas em novas evidências e práticas documentadas mundialmente. A justificativa para tal mudança está baseada em indicadores e orientações sobre o fornecimento da

educação sexual entendida como abrangente ou compreensiva. Anteriormente, os guias eram baseados na saúde sexual e reprodutiva, sendo essas pautadas em assuntos sobre gravidez e prevenção da gravidez, o estigma da AIDS e o tratamento e redução de risco de DSTs, incluindo o HIV (HERAT *et al.*, 2019). O referido estudo aponta que publicações e discussões a respeito do tema têm crescido muito e destaca o lançamento do novo guia sobre Educação Sexual Compreensiva (CSE), em 2019.

Através de pesquisas conseguiu-se identificar que em diversos países do mundo há meninas que ainda relatam não entender sobre sua menstruação. Além disso, aproximadamente 50% das meninas do mundo, com idade entre 15 a 19 anos, acreditam que o marido ou parceiro podem bater ou espancar sua esposa sob certas circunstâncias. Outra evidência, é que a saúde sexual e reprodutiva são barreiras para muitos alunos terem acesso ao seu direito à educação básica (HERAT *et al.*, 2019). Esses indicadores, apoiam a necessidade da discussão ampliada sobre a sexualidade em diversos países do mundo. Devido ao aumento das pesquisas, novas evidências têm surgido e precisam ser incorporadas às organizações integradoras do assunto. As questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, em muitos países, foram moldadas por atitudes e normas socioculturais que criaram desigualdades de gênero e poder (HERAT *et al.*, 2019).

Para Berglas, Constantine e Ozer (2014) a sexualidade deve ser entendida como parte tão grande do ser humano que é preciso estar consciente dos próprios direitos. Apontam, então, que se a política internacional for baseada nos direitos humanos dentro da educação sexual, nós teríamos uma juventude que se sentiria empoderada a poder tomar decisões sobre seus corpos. Os jovens seriam capazes de decidir se querem, quando querem, com quem querem e que podem desenvolver seus diferentes tipos de relacionamentos afetivos-sexuais. Isso também possibilitaria o pensamento crítico sobre o mundo a sua volta e incentivaria a luta por mudanças dentro e fora da sua comunidade local.

O ponto chave da definição da CSE se relaciona ao fato de ser um processo baseado em um currículo que almeja ensinar e aprender sobre os aspectos cognitivos, emocionais e físicos da sexualidade, abordando-a de forma abrangente e pedagógica. O objetivo da CSE é equipar crianças e jovens com conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que vão empoderá-los de forma a entender sobre sua saúde, bem-estar e dignidade. A partir disso, poderão desenvolver relacionamentos sociais e sexuais de

forma mais saudável e entender que eles podem assegurar sua própria proteção de seus direitos durante toda a vida (HERAT *et al.*, 2019).

Em concordância, Berglas *et al.* (2014) afirmam que a juventude possui um direito inquestionável à sexualidade e que os programas baseados em direitos precisam enfatizar uma saúde sexual positiva, com direitos e empoderamento. Consideram que esse tipo de abordagem possui um conteúdo completo, justamente por ter um objetivo multifacetado, que não foca apenas na prevenção, mas também na educação, saúde e na liberdade dos jovens. O estudo de Berglas *et al.* (2014) identificou que há, entre a maioria dos entrevistados, uma falta de clareza e consenso ao explicar o que, de fato, seria uma abordagem baseada em direitos na educação sexual pois, segundo eles, muitos falam sobre o termo, mas não há uma definição exata, todavia, destaca-se quatro elementos fundamentais que poderiam ser utilizados: os princípios regentes; os conteúdos ampliados; os objetivos expandidos e a pedagogia centrada na juventude.

As Nações Unidas, juntamente com parceiros internacionais, apoiam a implementação do Guia em CSE nos setores da educação e saúde. O intuito é que haja o fortalecimento dos programas nacionais, visando uma interface positiva entre a CSE, as tecnologias mais recentes e os espaços de aprendizagem não tradicionais. O alinhamento dos programas nacionais ao conteúdo recomendado neste Guia revisado levará tempo e apoio conjunto para ser implementado. Além disso, garantir qualidade e fidelidade na execução da CSE continuará sendo o principal imperativo para todos os parceiros envolvidos. A relevância do Guia atualizado está pautada na necessidade de crianças e adolescentes obterem informações e habilidades que possam promover uma transição de sucesso para a vida adulta (HERAT *et al.*, 2019). Além disso, destacam que uma sexualidade amplamente concebida, bem como pautada no campo dos direitos humanos, permite que os futuros alunos explorem a influência das normas de gênero, sua compreensão sobre si mesmos, seus valores e sua capacidade de fazer escolhas que afetam sua saúde (BERGLAS *et al.*, 2014; HERAT *et al.*, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da RI foi possível criar categorias de estudos em sexualidade de crianças e adolescentes dos últimos 20 anos. Alguns periódicos estão relacionados à saúde sexual e reprodutiva, a sexualidade de adolescentes acolhidos e a tutela do estado ou da família.

Os adolescentes que participaram de algumas pesquisas demonstraram gostar de falar sobre sexualidade, possuir dúvidas e curiosidades. Também foi identificado que os jovens ainda enfrentam dificuldades a respeito do uso de métodos contraceptivos e a forma como essas questões podem estar atreladas ao binarismo dos gêneros. Salienta-se a necessidade de desconstruir a visão da gravidez como precoce ou indesejada, dando espaço para entender esse evento como um projeto de vida dado a realidade social das jovens. Outros textos também apontam que para falar sobre sexualidade com jovens é preciso ouvi-los, se aproximar, fazer encontros práticos e mais didáticos. Os estudos internacionais debatem e polemizam a discussão abrangente e compreensiva da sexualidade, bem como a necessidade de investir no empoderamento de crianças e adolescentes.

A partir dessas implicações, cabe ainda dizer que a subjetividade é atravessada por um processo multifacetado e os sujeitos não podem ser meros receptores, bombardeados por concepções e estratégias externas a respeito dos seus próprios direitos sexuais. Dado que a pedagogia da sexualidade e do gênero (LOURO, 2000) tem a função de autodisciplinar e autogovernar os sujeitos através de várias instâncias sociais, é preciso contínua resistência ao alçar voos e pousos contrários a essa lógica. Enquanto sociedade, somos responsáveis por construir espaços de subjetividades autônomas e saudáveis, para que esses jovens possam se sentir acolhidos. Dessa maneira, os adolescentes poderão se comprometer e envolver na construção da sua liberdade sexual. Isso significaria dizer que os adolescentes não seriam apenas dados e estatísticas que os mostrem como sujeitos vulnerabilizados, mas que possam contribuir para ações a respeito da sua sexualidade, de forma ampla, compreensiva e plural.

E, enfim, particularmente no que tange as adolescentes em acolhimento institucional (foco inicial desta RI), encontramos poucos textos que se detinham de forma específica à sua sexualidade e seus desdobramentos, o que nos mostram tanto a necessidade de maiores estudos e pesquisas acerca do tema, bem como evidenciam que tanto as construções de gênero e sexualidade se fazem dentro de relações de poder mutuamente constitutivas. Ou seja, demanda-se abordar a sexualidade das adolescentes de modo que se promova uma sexualidade saudável e autônoma segundo os direitos humanos implica desconstruirmos os rígidos estereótipos sexuais e de gênero que invariavelmente nos formam, na busca de uma maior equidade na produção do direito democrático da sexualidade (RIOS, 2006) também para adolescentes e jovens.

REFERÊNCIAS

BERGLAS, N. F.; CONSTANTINE, N. A.; OZDER, E. J. A rights-based approach to sexuality education: Conceptualization, clarification and challenges. **Perspectives on sexual and reproductive health**, v. 46, n.2, p. 63-72, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1363/46e1114>. Acesso em: 17 de jun. 2020.

BRASIL. Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 06 de abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 233. Disponível em: ISBN 978-85-334-2627-6. Acesso em: 26 de nov. 2020.

CAMARGO, E. A. I.; FERRARI, R. A. P. Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, p. 937-946, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2009.v14n3/937-946/pt/>. Acesso em: 02 de jun. 2020.

CARVALHO, C. S.; SILVA, E. R.; SOUZA, S. J.; SALGADO, R. S. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p. 69-88, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010356652012000100006&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 15 de mai. 2020.

DE OLIVEIRA, G.R.; da SILVA, J.C.F.; PEIXOTO, A.C.A. Diversidade sexual e de gênero em instituições de acolhimento institucional: a invisibilidade de adolescentes LGBTIQ. **Revista Mosaico**, v.11, n.2, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9933>. Acesso em 26 de nov. 2020

FERREIRA, I. G.; PIAZZA, M.; SOUZA, D. Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. **Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1788-1788, 2019. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1788>. Acesso em: 13 de mai. 2020.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, v.13, 2019. ISSN 1983-7364. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 26 de nov. 2020

HERAT, J., PLESONS, M., CASTLE, C., BABB, J., CHANDRA-MOULI, V. “The revised international technical guidance on sexuality education-a powerful tool at an important crossroads for sexuality education.” **Reproductive health**, v.15, n.1, p.1-4,

2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12978-018-0629-x>
Acesso em: 28 de fev. de 2020.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTINS, C. B. *et al.* Sexualidade na adolescência: mitos e tabus. **Ciencia y enfermería**, v. 18, n. 3, p. 25-37, 2012. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/3704/370441811004.pdf>. Acesso em: 06 de jul. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR); SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Bol. Epidemiol.**, v. 49, n. 27, 2018.

RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v.12, n.26, p.71-100, 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ha/a/YWPnQB8XXj5ZkmtCkxQgdXs/#>. Acesso em: 04 de abr. 2020.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 88 p., 2004. Disponível em:
http://www.editora.pucRio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 30 de mai. 2018.

SAVEGNAGO, S. D. O. *et al.* Oficinas com meninas em uma escola aberta: espaço de diálogo, reflexão e reconhecimento da singularidade. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.23, n.2, p. 467-480, 2015. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751491016.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

TONELI, M. J. F. Diversidade sexual humana: notas para a discussão no âmbito da psicologia e dos direitos humanos. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 2, p. 61-73, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652008000200005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 06 jul. 2020.

UZIEL, A. P.; BERZINS, F. A. J. Adolescências, autonomia e direitos sexuais: fragmentos de histórias de meninas abrigadas. **Psicologia Clínica**, v. 24, n. 1, p. 105-115, 2012. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/2910/291022970008.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sexual and reproductive health: Defining sexual health. 2017. Disponível em:
http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/World. Acesso: 01 de jul. 2019.

Recebido em: 10/10/2022

Aprovado em: 12/11/2022

Publicado em: 17/11/2022